

Trata-se de processo administrativo para a contratação de curso *IN COMPANY*, com o tema “Acompanhamento mensal na aplicação e implementação do protocolo Promoção de Saúde Baseada em Mindfulness (MBHP)”, na modalidade telepresencial (ao vivo), com disponibilidade de 03 vagas, e carga horária de 06 horas distribuídas em 04 encontros de uma hora e trinta minutos cada, nas datas de 26/09/2024, 29/10/2024, 21/11/2024 e 05/12/2024, destinado a 03 servidores(as) da Coordenadoria de Saúde.

O curso será realizado pelo professor Marcelo Marcos Piva Demarzo por meio da empresa MINDFULNESS BRASIL ASSESSORIA E TREINAMENTOS LTDA, CNPJ nº 26.501.938/0001-89, com valor mensal de R\$ 990,00 (novecentos e noventa reais) e valor total de R\$ 3.960,00 (três mil novecentos e sessenta reais), sendo o valor da hora/aula R\$ 660,00 (seiscentos e sessenta reais).

 BRUNO
MOTTA
DE
ANDRADE
18/09/2024 11:02

 KARINA
MUNIZ
MACHADO
18/09/2024 11:54

O processo encontra-se instruído com os seguintes documentos:

- 1 - Documento de Formalização da Demanda (versão atualizada no Doc. 15);
- 2 - Termo de Referência (versão atualizada no Doc. 12) elaborado pela Escola Judicial, com a justificativa da contratação, demonstrando a notória especialização, indicando como fundamentação legal a inexigibilidade de licitação, disposta no art. 74, III, “f” da Lei de 14.133/21;
- 3 - Proposta da empresa (Doc. 04);
- 4 - Justificativa do preço, conforme razões expostas no Termo de Referência e documentos que comprovam a razoabilidade /justificativa do preço: valor da hora/aula atende ao disposto na tabela do Anexo I do Ato TRT5 nº 428/2014 para o nível de doutorado, nível de escolaridade do professor do curso, conforme diploma de Doc. 06;
- 5 - Documentação que comprova a regularidade fiscal e trabalhista; Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ; Portal da Transparência e Certidão Negativa de Vínculo com o órgão (Doc. 18);
- 6 - Autorização do Ordenador de despesa para continuidade da contratação (Doc. 20);
- 7 - Disponibilidade Orçamentária (Doc. 22);
- 8 - Sugestão de enquadramento realizado pela Coordenadoria de Licitações e Contratos com base no art.74, III, “f” da Lei de 14.133/21 (Doc. 19).

Convém registrar, que estão incluídos no conceito de curso “in company” todos aqueles eventos restritos ao público-alvo do TRT5, que serão ministrados para servidores do Tribunal. Ou seja, englobam aqueles eventos acessíveis apenas aos integrantes do quadro institucional e realizados de acordo com a metodologia, demanda, carências e o horário definidos pelo contratante.

Em conformidade com a instrução processual e com o Parecer Referencial nº 1 /2023 da Secretaria de Assessoramento Jurídico, a Escola Judicial ratifica o enquadramento da despesa no art.74, III, “f” da Lei de 14.133/21, sugerido pela unidade demandante.

Dito isto, convém observar o posicionamento da Secretaria de Assessoramento Jurídico deste Tribunal, exarado no PARECER JURÍDICO REFERENCIAL nº 1/2023, Doc.2 do PROAD 8601/2023, com recomendações para a uniformização da instrução dos processos destinados a contratação de curso fechado/in company, organizadas em tópicos, abaixo transcritos :

DA CARACTERIZAÇÃO DA HIPÓTESES DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PREVISTA NO ART. 74, III, “F” DA LEI 14.133/2021

- a) **INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO** - não basta simplesmente descrever no processo o objeto como “capacitação e treinamento” ou “contratação de curso in company”, sendo necessário demonstrar que se trata de serviço técnico especializado listado no art. 6º da Lei 14.133/2021, voltado ao treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal e executado por profissional ou empresa de notória especialização.
- b) **SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO** - o serviço a ser contratado enquadra-se como serviço especializado porquanto preenche a definição imposta pela Lei 14.133/2021 no inciso XVIII do art. 6º: serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual;
- c) **DA NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO** - o Termo de Referência precisa apontar em tópicos específicos as informações relativas à notória especialização, acompanhado dos documentos pertinentes e correspondentes (currículos, folder, conteúdo programático, técnicas especiais, títulos de especialização dentre outros disponíveis);
- d) **O SERVIÇO NÃO PODE SER DE PUBLICIDADE OU DE DIVULGAÇÃO;**
- e) **O SERVIÇO DEVE SER VOLTADO AO TREINAMENTO OU APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL.**

DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL

- a) **DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA** – documento inicial do processo onde deverá ser retratada a necessidade do setor demandante;
- b) **TERMO DE REFERÊNCIA** - conceituado pelo art.6º, XXIII, da Lei 14.133/2021 como sendo o documento necessário para a contratação de serviços, no formato padrão simplificado aprovado pelo Grupo de Trabalho deste TRT5 e que se encontra disponibilizado para a Escola Judicial, unidade que cuida dessas contratações;
- c) **ESTIMATIVA DA DESPESA** – lastreada por meio da proposta da empresa ou do profissional;
- d) **PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS** – conforme informação da unidade competente;
- e) **COMPROVAÇÃO DE QUE O CONTRATADO PREENCHE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO MÍNIMA NECESSÁRIA** - entendemos que podem ser dispensadas as exigências referentes à qualificação econômico-financeira e as certidões de regularidade fiscal estadual e municipal quando o valor do curso se limitar a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral. Esse valor deve ser aferido ano a ano posto que ocorrerão atualizações periódicas no limite para dispensa de licitação
- f) **DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO** – além de tópico evidenciando justificativa do preço, a unidade demandante deve anexar os documentos que possibilitem a comparação com aquele preço cobrado pela contratada a outros órgãos ou empresas ou outros documentos igualmente idôneos, conforme preconizado pelo §4º do art. 23 da Lei 14.133/2021:

Art. 23. (...) §4º. Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

Da leitura dos autos, vê-se o atendimento dos itens relacionados no citado parecer, necessários à aplicação do art.74, III, “f” da Lei de 14.133/21.

Em 18/09/2024

BRUNO MOTTA DE ANDRADE
Coordenadoria Executiva
Diretoria-Geral

Trata-se de processo administrativo para a contratação de curso *IN COMPANY*, com o tema “Acompanhamento mensal na aplicação e implementação do protocolo Promoção de Saúde Baseada em Mindfulness (MBHP)”, na modalidade telepresencial (ao vivo), com disponibilidade de 03 vagas e carga horária de 06 horas, através de inexigibilidade de licitação, com fundamento no art.74, III, “f” da Lei de 14.133/21.

Considerando o PARECER JURÍDICO REFERENCIAL nº 1/2023 da Secretaria de Assessoramento Jurídico, constante no Doc. 2 do PROAD 8601/2023 e o cumprimento de suas recomendações, **declaro inexigível a licitação de acordo com o art. 74, III, “f” da Lei de 14.133/21:**

CONTRATADA	Valor Total
MINDFULNESS BRASIL ASSESSORIA E TREINAMENTOS LTDA CNPJ: 26.501.938/0001-89	R\$ 3.960,00

À SOF para emissão da Nota de Empenho.

Ato contínuo, à CLC para o registro no PNCP da declaração da inexigibilidade, bem como da Nota de Empenho.

Após, à Escola Judicial para as providências pertinentes à realização da capacitação.

Em 18/09/2024

Karina Muniz Machado
Diretora-Geral em exercício



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região

ANA CARINA
VARELA
MARTINS
MAU
10/09/2024 11:44

TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
CONTRATAÇÃO DE EVENTO DE CAPACITAÇÃO
LEI Nº 14.133/2021

1. OBJETO (Art. 6º, Inciso XXIII, alíneas “a” e “c”)

1.1 Contratação de capacitação, conforme dados a seguir:

Nome do evento:	Acompanhamento mensal do prof. Dr.Marcelo Demarzo na aplicação e implementação do protocolo de sua autoria "Promoção de Saúde Baseada em Mindfulness" (MBHP).
Unidade Promotora do evento:	EJUD5
Contratado(a):	MINDFULNESS BRASIL ASSESSORIA E TREINAMENTOS
Unidade demandante:	Coordenadoria de Saúde
CATSER	22802 - treinamento na área de saúde
Item de Execução	151062024000014

2. PÚBLICO ALVO

Sara Bitencourt, Fernanda Mota e Constance Pessoa, todas servidoras do TRT5

3. PREVISÃO NO PLANO DE CAPACITAÇÃO ANUAL

A demanda está prevista no Plano de Capacitação Anual?

(X) Sim () Não () A unidade não possui Plano de Capacitação

4. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “b”)

Contar com a expertise do prof. Dr. Marcelo Demarzo (UNIFESP) para realizar sessões de mentoria com as instrutoras formadas/em formação no seu protocolo “Promoção de Saúde Baseada em Mindfulness” (MBHP) que está sendo implementado enquanto estratégia permanente de apoio a magistrados e servidores no desenvolvimento de autocuidado e autoeficácia em saúde. A acurácia dos resultados levantados via implementação do protocolo e

delineamento de estratégias institucionais adequadas para incorporação dos benefícios à cultura institucional serão alvo das sessões de mentoria junto ao criador do protocolo, prof Dr. Marcelo Demarzo.

As sessões de mentoria também possibilitarão o aprimoramento de competências das instrutoras formadas/em formação no protocolo MBHP, Sara Bitencourt e Constance Pessoa (analistas judiciário/psicologia) e Fernanda Mota (analista judiciário/enfermagem) e sempre que possível, também serão acompanhadas pelo gestor do projeto de implementação do MBHP neste regional, diretor médico da Coord. Saúde e aqui demandante junto à Escola Judicial, Dr Augusto Farias. Em termos de valores previsto para este investimento, a mentoria prevê a realização de 04 encontros no segundo semestre de 2024, no formato online e honorários de R\$ 660,00/hora, totalizando 990,00/mês, sendo R\$ 3.960,00 como valor final (2024).

Cabe destacar que além de criador do protocolo MBHP, o prof dr Marcelo Demarzo é uma das principais referências nacionais e internacionais em mindfulness, acumulando experiência científica e prática na temática. Maiores informações podem ser obtidas em diversos documentos inseridos em proads direcionados à Escola Judicial (Exs: 5254/2023; 2408/2023 e 11211/2022).

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “d”)

5.1 Modalidade: () Presencial (x) Telepresencial (ao vivo) () À distância

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “e”)

Tipo de evento	Acompanhamento mensal do prof. Dr.Marcelo Demarzo na aplicação e implementação do protocolo de sua autoria "Promoção de Saúde Baseada em Mindfulness" (MBHP).
Plataforma para acesso (quando couber)	on line
Docentes	Marcelo Marcos Piva Demarzo
Número total de participantes	03
Carga horária total	06h
Período de realização	26/09/2024, 29/10/2024, 21/11/2024 e 05/12/2024, sempre das 8h30 às 10h
É capacitação para desenvolvimento gerencial?	não

7. **MODELO DE GESTÃO DO TREINAMENTO** (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “f”)

A concepção, coordenação técnico-administrativa e fiscalização será realizada pela Escola Judicial.

7.1 A gestão e a fiscalização do contrato obedecerão ao Ato GP nº 746/2023, que dispõe, inclusive, sobre a atuação dos(as) fiscais e gestores(as) de contratos de prestação de serviços, locação, concessão e permissão de uso de bens, compras, obras e serviços de engenharia e arquitetura no Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, bem como pelos arts. 115 a 123 da Lei nº 14.133/2021, devendo ainda ser observado o seguinte:

7.1.1 A gestão administrativa e a fiscalização do contrato caberá ao (à) Escola Judicial, a quem competirá gerenciar quaisquer alterações decorrentes da contratação, recebimento do objeto e por atestar as notas fiscais para pagamento, na condição de representante do contratante.

8. **CRITÉRIOS DE PAGAMENTO** (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “g”)

8.1. O pagamento será feito mensalmente, em 04 parcelas, no mês subsequente à realização do(s) encontro(s) e através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA, no prazo máximo de **até 5 (cinco) dias úteis** contados da finalização da liquidação.

a) A CONTRATADA, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato**, deverá providenciar o credenciamento no Sistema de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho - (SIGEO-JT) para viabilizar o pagamento da fatura vincenda no curso da execução do contrato.

(Para instruções deve ser acessado o seguinte link:
https://docs.google.com/document/d/1I4hln6y4i2nAlXuTrkBcTYmMtiMzN_8Ebv6Bbd7Edvg/edit?usp=sharing)

b) **A CONTRATADA deverá emitir e protocolar a nota fiscal no sistema SIGEO-JT**, acompanhada da regularidade fiscal e trabalhista (CND-Federal, CRF e CNDT ou SICAF), para fins de validação/atesto pelo fiscal do contrato e posterior liquidação, que caracterizará o **recebimento definitivo**.

c) O **prazo de liquidação** será de até 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal **com ateste**.

d) Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: prazo de validade, data da emissão, dados do contrato e do órgão contratante, o período

respectivo de execução do contrato, o valor a pagar e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

e) Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE.

f) O CONTRATANTE deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

g) Constatando-se junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

h) Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto a existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

i) Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

j) Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

k) Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

l) A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida LC.

m) Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

n) No caso de atraso pelo CONTRATANTE, os valores devidos à CONTRATADA serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do IPCA de correção monetária.

9. SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Correlação com Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “h”)

A indicação da empresa contratada MINDFULNESS BRASIL ASSESSORIA E TREINAMENTOS foi feita pela Coordenadoria de Saúde com anuência do corpo Diretivo desta Escola Judicial.

9.1 Enquadramento legal

Trata-se de contratação da empresa MINDFULNESS BRASIL ASSESSORIA E TREINAMENTOS, que promoverá o acompanhamento mensal, promovido pelo professor MARCELO DEMARZO para as servidoras acima elencadas. A contratada atua na área de treinamento, sendo necessário o enquadramento na hipótese de inexigibilidade de licitação, prevista no inciso III, alínea f, do art. 74 da Lei n. 14.133.

9.1.1 Da inviabilidade de competição

A inexigibilidade de licitação decorre da impossibilidade de se estabelecer uma competição entre os possíveis interessados, seja pelo fato de que aquele prestador é o único que atende às peculiaridades do objeto contratual pretendido, seja pela impossibilidade de comparação objetiva entre as propostas, eis que se trata de serviço eminentemente intelectual, cuja produção atrela-se especificamente à técnica única de abordagem e modelagem, inerentes a cada profissional ou empresa do ramo.

9.1.2 Da notória especialização

9.1.2.1. Instrutor

Médico e Pesquisador especialista em Mindfulness e Promoção da Saúde, com foco em Automanejo Apoiado (Self-Care) em Condições Crônicas. Atualmente em estágio pós-doutoral como Professor Visitante na Escola de Saúde Pública da University of Technology Sydney, Faculty of Health, Sydney, Australia, junto ao Australian Research Consortium in Complementary and Integrative Medicine. Professor Livre-Docente da Escola Paulista de Medicina - UNIFESP. Orientador pleno do Programa de Mestrado e Doutorado em Saúde Coletiva da UNIFESP (Pós-Graduação Stricto Sensu). Orientador pleno no nível de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Administração de Organizações da FEARP-USP | Formado pela FMRP-USP (Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto - USP) em 2000, Doutor em Patologia pela USP em 2005, e Pós-Doutor em Mindfulness e Saúde Mental pela Universidad de Zaragoza, Espanha em 2012-2013 | Especialista em Medicina de Família e Comunidade, e em Medicina do Esporte e do Exercício | Pesquisador colaborador na USP e nas Universidades de Zaragoza e Valencia (Espanha), Harvard University (EUA), e University of Oxford (Reino Unido) | Senior Fellow do

International Primary Care Research Leadership Programme (Department of Primary Care Health Sciences, University of Oxford) desde 2012 | Senior Fellow do International Complementary & Integrative Medicine Research Leadership and Capacity Building Program (Australian Research Centre for Complementary and Integrative Medicine (ARCCIM)) desde 2020 | Tem experiência na área de Medicina Preventiva, Medicina do Estilo de Vida e Atenção Primária à Saúde (APS) | Foca sua atuação em Mindfulness (Atenção Plena), Promoção da Saúde, Self-Care, Implementation Science, Saúde Mental, Medicina do Estilo de Vida, Longevidade, Atenção Primária à Saúde (APS), e Inovação Tecnológica em Saúde | Coordenador do Mente Aberta - Centro Brasileiro de Mindfulness e Promoção da Saúde (<https://mindfulness.unifesp.br/>) | Coordenador da Especialização em Mindfulness da UNIFESP | É membro honorário do Advisory Board Committee do ACCESS MBCT (<https://www.accessmbct.com/>) | Membro Regular da International Behavioral Neuroscience Society | Membro Médico do Colégio Brasileiro de Medicina do Estilo de Vida (CBMEV).

9.3. Razão da Escolha

O(A) profissional indicado(a) se destaca acerca do tema, objeto do presente TR, conforme comprova o currículo anteriormente mencionado que consta na proposta. Vale ressaltar que a participação do(a) contratado(a) na ação educacional programada atenderá a necessidade de desenvolvimento de competências deste TRT para o lançamento do “PROJETO SEMENTE: VIDA PLENA PARA TODOS”.

10.JUSTIFICATIVA DO PREÇO (Art.6º, Inciso XXIII, alínea “I”)

10.1. O valor total da contratação é de R\$ 3.960,00, conforme proposta orçamentária anexa. A quantia referente a hora-aula (R\$660,00) encontra-se de acordo com a tabela do Anexo I do Ato TRT5 nº 427/2014, tendo em vista que o palestrante é pós-doutor.

11.ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “J”)

11.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2 A contratação será atendida pela dotação a ser informada oportunamente pela Escola Judicial.

12.CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL:

A contratação possui critérios de sustentabilidade e/ou observou as práticas sustentáveis do Guia de Contratações?

() Não

(x) Sim - discrimine a seguir:

Os cursos a distância contribuem sobremaneira para a capacitação dos servidores, o que traz economicidade e contribui para a sustentabilidade: economia de deslocamento e de consumo de papel.

13. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

13.1 São obrigações do órgão contratante, além daquelas dispostas em lei:

13.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA.

13.1.2 Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações decorrentes do contrato.

13.1.3 Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado para tal.

13.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, comunicando à contratada as ocorrências que exijam medidas corretivas.

13.1.5 Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na Lei e neste Termo de Referência.

13.1.6 Sustar a execução do curso caso esteja em desacordo com o especificado ou por qualquer outro motivo que caracterize a necessidade de tal medida.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1 São obrigações da contratada, além daquelas dispostas em leis e normas pertinentes:

14.1.1 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor da contratação.

14.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado ao CONTRATANTE ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos o valor correspondente aos danos sofridos.

14.1.3 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

14.1.4 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos.

14.1.5 Garantir o sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos e especificações que venham a ter acesso em razão dos serviços prestados, não podendo, sob qualquer pretexto, revelá-los, divulgá-los ou reproduzi-los.

14.1.6 Atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados relativos a uma pessoa física identificada ou identificável (“Dados Pessoais”) e as

determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), e incluindo, entre outros, a Lei 12.965 (Marco Civil da Internet), de 23 de abril de 2014, o Decreto Federal 8.771, de 11 de maio de 2016, a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região instituída pelo Ato TRT5 n. 468/2022 e demais leis e regulamentos aplicáveis. No caso de situações não definidas nesta cláusula aplica-se o disposto na Lei nº 13.709/2018;

14.1.7 Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na contratação.

15.SANÇÕES APLICÁVEIS

15.1. Resguardados os direitos que a Administração têm de aplicar as penalidades legalmente previstas, no caso de inadimplemento parcial ou total do objeto do presente certame serão aplicadas as seguintes multas obedecendo ao disposto na Lei n. 14.133:

15.1.1. Inexecução parcial do contrato: multa compensatória de 1% (um por cento), por dia de inexecução, incidente sobre o valor do objeto inadimplido. Será considerada inexecução parcial do contrato a prestação do curso com atrasos acima de 30 minutos ou carga horária total inferior a 90% (noventa por cento) do que fora contratada.

15.1.2. Inexecução total do contrato: multa compensatória de 1% (um por cento), incidente sobre o valor integral do objeto contratado. Será considerada inexecução total do contrato a prestação do curso com carga horária total inferior a 50% (cinquenta por cento) do que fora contratada.

16. DADOS PARA PAGAMENTO:

Nome: MINDFULNESS BRASIL ASSESSORIA E TREINAMENTOS EIRELI

-Código do banco: 001 – BANCO DO BRASIL

-Número da agência:1898-8

-Conta bancária: 32402-7

- CNPJ : 26.501.938/0001-89

Salvador, 05 de setembro de 2024.

Assinado eletronicamente

ANA PAOLA SANTOS MACHADO DINIZ

Desa. Diretora da Escola Judicial